



Governo propõe mínimo para R\$ 667,75 em 2013

A proposta do governo para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013, que foi enviada na sexta-feira (13) pelo Ministério do Planejamento ao Congresso Nacional, contempla um reajuste do salário mínimo dos atuais R\$ 622,00 para R\$ 667,75 a partir de janeiro do próximo ano, com pagamento em fevereiro.

O salário mínimo serve de referência para o salário de 47 milhões de trabalhadores no país. O percentual de correção do

salário mínimo, pela proposta do governo, será de 7,35% no próximo ano.

Esse valor proposto para o salário mínimo em 2013, entretanto, ainda pode ser alterado no futuro, com base nos parâmetros estabelecidos para sua correção (crescimento do PIB do ano de 2011 e da inflação, medida pelo INPC, deste ano). No ano passado, o PIB cresceu 2,7% e, para a inflação medida pelo INPC, a previsão inicial do governo é de 4,5% para este ano. Para 2014 e 2015, respectivamente, a estima-



tiva do governo para o salário mínimo é de R\$ 729,20 e de R\$ 803,93, respectivamente.

PLR

Empresas fazem acordo com trabalhadores

Várias empresas já vem reconhecendo a importância dos trabalhadores na ampliação da qualidade dos serviços prestados e na geração de lucros. Empresas como as do Grupo Minas Máquinas, Maqnelson, Monvep, Veminas e Consórcio Zema, dentre várias outras, têm sido exemplo ao proporcionar aos seus empregados a participação nos lucros e resultados.

O SINDCON-MG vem insistindo para que todas as empresas sinalizem positivamente a este benefício, prestando toda a assessoria na homologação desses acordos.

Se sua empresa ainda não aderiu ao pagamento da PLR, está andando na contramão do crescimento. Mobilize-se, discuta com seus companheiros e leve ao conhecimento da empresa os benefícios e o retorno obtido com a valorização da mão-de-obra. O sindicato está firme na luta por mais esta conquista.

Governo discute, de novo, projeto que altera fator previdenciário



O governo discute a alteração do fator previdenciário para a concessão de aposentadoria aos contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com base em duas propostas: uma em que a

idade e o tempo de contribuição somariam 85 e 95 anos para mulheres e homens, respectivamente; e outra em que a aposentadoria seria fixada de acordo com uma idade mínima, considerando a expectativa de vida no país.

No dia 10/7, foi realizada uma reunião entre os ministros para discutir propostas de mudança no Projeto de Lei 3.299/2008, sobre a aposentadoria de acordo com a soma do tempo e da idade, que tramita na Câmara. O projeto deverá ser votado em agosto, quando os deputados voltarem do recesso parlamentar. Também deverá ser discutida a possibilidade de fixação de idade mínima. **Até quando seremos discriminados?**

Fábrica da Jaguar Land Rover no Brasil

A maior empresa indiana no setor automotivo, a **Tata Motors**, do bilionário indiano **Ratan Tata**, está negociando com o Brasil a possibilidade de instalar a primeira fábrica da Jaguar Land Rover em Minas Gerais. Em suas visitas pelo Brasil o que sempre incluiu Minas, Ratan deu a entender que a unidade poderá ser instalada aqui em nosso estado. A novidade virá acompanhada da criação de seu mais novo jipe, o Freelander. A notícia foi publicada pelo jornal norte-americano "Financial Times". O que falta para o projeto entrar em prática é a empresa se



firmar com uma quantidade de produção suficiente de veículos. Um dos fatores que atraíram os investidores indianos para o país foi fato de que o Brasil está se consolidando como o terceiro maior mercado automotivo do planeta. Atualmente, a Jaguar produz seus carros em apenas três fábricas, instaladas na Inglaterra.

Para quem não se lembra, a Jaguar Land Rover foi comprada pela Tata Motors no ano de 2008, pelo valor de US\$ 2,3 bilhões. A aquisição da marca britânica ajudou a Tata Motors a se desenvolver diante de um mercado automotivo em baixa, que cresceu apenas 2,2% no último ano.

Medida provisória do regime automotivo fica parada no Senado

O atraso na aprovação pelo Congresso da Medida Provisória nº 563, que estabelece o regime automotivo entre 2013 e 2017 e outros estímulos econômicos do Plano Brasil Maior (PBM), impede a publicação do decreto que vai regulamentar o regime automotivo e estabelecer um plano de fortalecimento para a cadeia de autopeças. Após ampla negociação e promessa do governo de liberação de emendas para as bancadas, a MP foi aprovada na Câmara dos Deputados anteontem, mas não houve tempo hábil para que chegasse ao Plenário do Senado antes do recesso parlamentar, que tem início hoje.

A equipe econômica tem pressa em estabelecer todas as bases do

novo plano para o setor. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, afirmou ao Brasil Econômico que a demora está represando os investimentos que já poderiam estar sendo engatilhados para o próximo ano. Tanto é que o próprio ministro Guido Mantega foi essa semana a público para dar um recado claro ao Congresso tentando apressar as votações das Medidas Provisórias nº563 e nº564, que tratam do PBM.

No entanto, agora, essas MPs só serão votadas pelos senadores entre os dias 7 e 10 de agosto. Após a aprovação a presidente Dilma Rousseff tem até 15 dias para sancionar a lei e só então o decreto pode ser publicado.

De acordo com fontes do governo, o anúncio das mudanças

que serão feitas no regime automotivo poderia ser feito antes mesmo do decreto. Mas um problema de agenda pode postergar isso também. O ministro Mantega sai de férias amanhã e só retorna a Brasília dia 30 de julho e seu colega do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, planeja um recesso durante o mesmo período.



Repouso Semana Remunerado: Julho - 19,23% Agosto - 19,23%

SINDCON-MG
CIDADANIA

Presidente
Gerson Fernandes

Sindicato dos Empregados em Administradoras de Consórcios, Vendedores de Consórcios, Empregados e Vendedores em Concessionárias de Veículos, Distribuidores de Veículos e Congêneres no Estado de Minas Gerais
Av. Itaú – Dom Bosco – BH/MG Cep: 30730-435 – Tel (31) 3464-8383 Fax (31) 3464-5678

Diretoria Executiva

Diego Gonçalves, José Eustáquio e Daniel Reis

Edição e Texto

André Ribeiro e Alison Moura

e-mail: sindcon@sindconmg.com.br – Site: www.sindconmg.com.br

